

NOTA INTRODUTÓRIA

A motivação para compilar esta legislação, surge da necessidade de ter, num só instrumento documental, um conjunto de diplomas legais que se encontram dispersos, o que dificulta o trabalho de quem lida com estas matérias diariamente.

O presente trabalho tem como intuito reunir as disposições legais mais relevantes sobre a prevenção da corrupção e infrações conexas, apesar da vasta legislação avulsa existente. Seguramente haverá alguma Lei ou Decreto-Lei a incluir.

No imediato, cria-se uma ferramenta prática, tanto para quem recorre de forma constante, como esporádica, entre práticos e estudiosos, a estas normas que, quase sempre, nos obrigam a articular mais do que um diploma legal.

Esta obra destina-se a juristas e a não juristas que pretendam ter organizado o enquadramento legal e a materialização jurídica geral do *Compliance* (cumprimento normativo voluntário ou conformidade legal voluntária) e, em particular, do *Whistleblowing* (meios de proteção de denunciantes).

Assim, a presente coletânea de legislação junta vários diplomas legais em torno dos que institucionalizam, respetivamente, o *Compliance* e o *Whistleblowing*: o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI).

Este trabalho poderia designar-se como legislação de *Compliance*, que engloba também a proteção de denunciantes, no entanto, não se crê que seja o correto porque a essência daquele é tratar-se de um cumprimento voluntário, provindo de uma ótica de autorregulação ou normalização. O que colidiria com o direito positivado pelo RGPC e RGPDI, que estatuem disposições contraordenacionais, munidas, portanto, de coercibilidade.

Em suma, partindo-se da experiência, profissional e académica, que se tem para encontrar soluções, faz-se votos que este livro seja uma boa companhia a todos os que queiram ser agentes de prevenção, deteção, combate e mitigação de irregularidades,

ilicitudes e, ou, ilegalidades, esperando que seja um instrumento de trabalho útil, que fomente a integridade organizacional.

Lisboa, 3 de novembro de 2022.

Patrick de Pitta Simões

ÍNDICE

ESTRATÉGIA NACIONAL ANTICORRUPÇÃO 2020-2024	11
REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	64
REGIME GERAL DE PROTEÇÃO DE DENUNCIANTES DE INFRAÇÕES	81
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
MECANISMO NACIONAL ANTICORRUPÇÃO	101
INSTALAÇÃO DO MECANISMO NACIONAL ANTICORRUPÇÃO	115
CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	118
ESTATUTO DA ENTIDADE PARA A TRANSPARÊNCIA	123
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	133
REGIME DO SEGREDO DE ESTADO	172
CÓDIGO PENAL	180
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	246
MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	259
LEI DE COMBATE AO TERRORISMO	415
MEDIDAS DE COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA	421
MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO	430

REGIME PENAL DE CORRUPÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NO SECTOR PRIVADO	432
LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS	437
CÓDIGO DO TRABALHO	447
REGIME JURÍDICO DA PREVENÇÃO, DA PROIBIÇÃO E DO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO	466
ESTATUTO DA VÍTIMA	478
LEI DE PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS	489
REGULAMENTO DA LEI DE PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS	500
ESTATUTO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA	509
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	523
CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS	544
REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	550
REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS	551
ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	555
REGIME DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES POR TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E ALTOS CARGOS PÚBLICOS	581
CRIMES DA RESPONSABILIDADE DE TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS	605
ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	621
RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO E PESSOAS COLECTIVAS DE DIREITO PÚBLICO	639
REGIME JURÍDICO DA ACTIVIDADE DE INSPECÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DO ESTADO	647
REGIME DA CARREIRA ESPECIAL DE INSPECÇÃO	657
ILÍCITO DE MERA ORDENAÇÃO SOCIAL	659
CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR	688

ÍNDICE

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	693
PRÁTICAS COMERCIAIS DESLEAIS	757
MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA	776
INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	783
ESTATUTO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE	819
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR COMPORTAMENTOS ANTIDESPORTIVOS	824
ESTATUTO DO JORNALISTA	831
ACÇÕES ENCOBERTAS	846
LEI DO CIBERCRIME	850
LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	868
LEI QUADRO DA POLÍTICA CRIMINAL	879
ÍNDICE SISTEMÁTICO	883
Regime Geral de Prevenção da Corrupção	883
Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	884

